

# Orçamento/90 está saindo com breques a gastos de Sarney

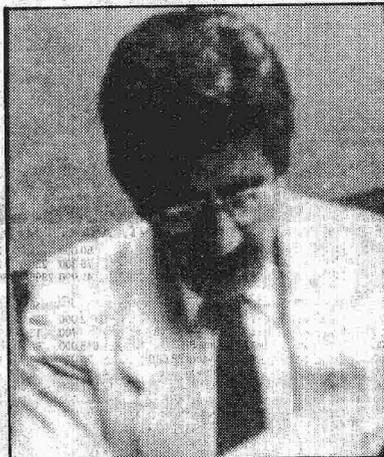
JORNAL DA TARDE

13 DEZ 1989

Com modificações destinadas a tornar mais difíceis os gastos no fim do governo Sarney, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso aprovou na noite de segunda-feira a proposta de Orçamento Geral da União (OGU) para 1990. As alterações foram feitas pelo relator-geral da comissão, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), endurecendo as limitações que já tinham sido impostas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de junho de 89.

Na mesma reunião, os membros da Comissão Mista resolveram mandar para o plenário do Congresso, em regime de urgência, todos os projetos de lei de abertura de créditos adicionais ao Orçamento de 89, que ainda estavam em tramitação ontem. São 19 os projetos, que somam NCz\$ 107,7 bilhões, dos quais NCz\$ 27 bilhões em emissões de títulos públicos, apenas para pagamento de pessoal, e NCz\$ 67,25 bilhões para a rolagem da dívida pública.

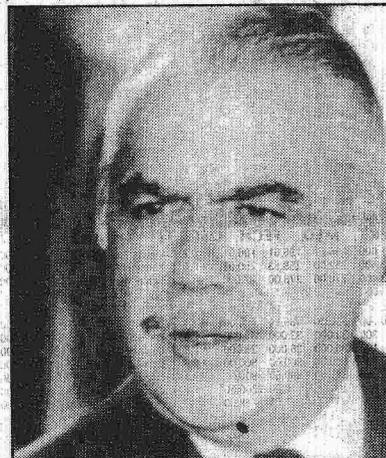
Todos esses projetos, enviados ao Congresso nos primeiros dias de dezembro, serão votados sem passar por discussão na Comissão. Um "parecer de plenário" será lido, na hora da votação, pelos relatores designados para cada um deles. Os partidos de oposição — PT, PSDB e PDT — já anun-



*O deputado Tinoco quer conter a fome de gastos de Sarney*

ciaram a disposição de aprovar apenas os projetos relativos a pagamento de pessoal e rolagem da dívida, e discutir caso a caso os demais. Eles desconfiam que existe uma superestimativa de recursos pedidos neste final de ano, para deixar saldos no caixa dos ministérios e órgãos públicos para o ano que vem.

O orçamento de 90 prevê receitas e despesas totais de NCz\$ 1,86 trilhão, e preços corrigidos para valores de hoje, mas 54,4% desse total é destinado à amortização da dívida — simples troca de títulos. Para as despesas correntes do governo, inclusive pessoal, ficam NCz\$ 687 bilhões — 36,9% — e para as despesas do



capital NCz\$ 153 bilhões — 8,2% do total.

As novas restrições foram exigidas pelos partidos que disputam o segundo turno da eleição presidencial, para preservar alguma margem de manobra para a revisão das prioridades do Orçamento, depois da posse do vencedor. O texto aprovado proíbe o presidente Sarney de iniciar obras novas, e também de usar os recursos que constam da "programação especial" de obras criada pelo relator para atender às emendas apresentadas pelos parlamentares. Além disso, a LDO já determinava que Sarney não poderia empenhar (comprometer) mais de 1/7 de qualquer dotação do orça-

mento — incluindo pagamento de pessoal e serviço da dívida pública — no tempo que lhe resta de mandato em 1990.

## **PT contra**

Mesmo com as restrições aceitas pela Comissão, o PT anunciou que votará contra a proposta de OGU, no plenário do Congresso, assim como seus aliados da Frente Brasil Popular. A Frente considera que o orçamento apresentado é "um emaranhado de projetos definidos à luz de pressões econômicas e políticas, as quais não obedecem a nenhum projeto racional e socialmente definido", — segundo nota distribuída na sessão de segunda à noite.

A Frente critica também a programação especial, que deverá criar despesas em torno de NCz\$ 1,5 bilhão (a preços de maio de 89), a partir da diferença entre a inflação que haverá em 90 e a "correção monetária" mensal dos valores do orçamento, que será feita por um índice abaixo da inflação. Os partidos de oposição tentaram derrubar essa "programação especial" na comissão, a partir de uma emenda supressiva apresentada pelo deputado José Serra (PSDB-SP), mas foram derrotados.